



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Relatório da Administração

**Apresentação:** A Diretoria do Banco Citibank S.A. (Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 1.723.641 (2022 - R\$ 1.818.667), correspondente a R\$ 60,89 (2022 - R\$ 64,25) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 30,82% (2022 - 37,28%). Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,86% (2022 - 13,76%).

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Banco pagou juros sobre capital próprio no montante de R\$ (358.000) (2022 - R\$ (323.000)) e distribuiu dividendos no montante de R\$ 1.695.000 (2022 - R\$ 1.100.000).

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento

das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no nível do controlador Citigroup Inc. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de março de 2024.

São Paulo, 22 de março de 2024.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>4.039.426</b>	<b>5.427.558</b>	<b>Passivos Financeiros</b>		<b>164.648.342</b>	<b>154.103.880</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>167.423.790</b>	<b>154.043.759</b>	<b>Depósitos</b>	<b>18</b>	<b>74.510.765</b>	<b>68.295.858</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>35.331.121</b>	<b>17.164.259</b>	Depósitos à vista		8.086.849	10.315.929
Aplicações em operações compromissadas		31.433.029	14.039.474	Depósitos interfinanceiros		8.144.459	7.480.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.058.092	3.124.785	Depósitos a prazo		58.279.457	50.499.133
Aplicações voluntárias no Banco Central		840.000	-	<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>19</b>	<b>20.672.322</b>	<b>17.184.842</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>61.161.474</b>	<b>60.464.935</b>	Carteira própria		11.020.225	12.001.592
Carteira própria		25.197.953	21.525.447	Carteira de terceiros		6.897.432	-
Vinculados a operações compromissadas		10.635.259	11.804.034	Carteira livre movimentação		2.754.665	5.183.250
Instrumentos financeiros derivativos		11.261.265	10.321.256	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>6.252.591</b>	<b>4.833.592</b>
Vinculados à prestação de garantias		14.066.997	16.814.198	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		5.998.290	4.542.033
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>13.396.547</b>	<b>18.895.676</b>	Certificados de operações estruturadas		254.301	291.559
Depósitos no Banco Central		13.396.547	18.895.676	<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>34.b</b>	<b>2.468.649</b>	<b>2.858.402</b>
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>16.093.675</b>	<b>13.296.955</b>	Pagamentos a liquidar		-	32
Operações de crédito - setor privado	8.a	16.232.995	13.394.593	Correspondentes no país		2.468.469	2.858.370
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(139.320)	(87.628)	<b>Recursos interdependências</b>		<b>1.360.269</b>	<b>1.220.516</b>
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>2.383</b>	<b>10.512</b>	Recursos em trânsito de terceiros		1.360.269	1.220.516
Operações de arrendamento a receber - setor privado		2.612	11.261	<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>20.a</b>	<b>8.548.890</b>	<b>6.798.583</b>
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(229)	(749)	Empréstimos no exterior		8.548.890	6.798.583
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>41.438.590</b>	<b>44.211.422</b>	<b>-</b>	<b>Obrigações por repasses no país - instituições oficiais</b>	<b>20.b</b>	<b>11.849</b>	<b>-</b>
Créditos por avais e fianças honorados	8.a	7.468	-	Outras instituições		11.849	-
Carteira de câmbio	9	28.424.837	31.202.146	<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>20.b</b>	<b>12.578.168</b>	<b>6.040.806</b>
Negociação e intermediação de valores	11	208.702	507.663	Repasses do exterior		12.578.168	6.040.806
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8.a	12.896.323	12.571.143	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>	<b>9.377.744</b>	<b>9.215.526</b>
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(98.740)	(69.530)	Instrumentos financeiros derivativos		9.377.744	9.215.526
<b>Outros ativos</b>		<b>2.558.734</b>	<b>2.403.015</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>		<b>28.869.275</b>	<b>37.655.755</b>
Renditas a receber	10	243.307	121.030	Carteira de câmbio		24.584.202	28.577.295
Ativo fiscal corrente	12	27.207	88.524	Negociação e intermediação de valores	9	4.285.073	9.078.470
Ativo fiscal diferido	12	1.162.818	1.245.370	<b>Passivos fiscais</b>	<b>22</b>	<b>1.578.086</b>	<b>1.228.915</b>
Diversos	13	1.112.232	930.835	Corrente		1.196.546	662.688
Despesas antecipadas	14	13.170	17.256	Diferido		379.540	564.227
<b>Permanente</b>	<b>667.830</b>	<b>615.079</b>	<b>-</b>	<b>Provisões</b>	<b>23</b>	<b>1.962.037</b>	<b>1.595.952</b>
<b>Investimentos</b>	<b>15</b>	<b>176.545</b>	<b>134.598</b>	<b>Outros passivos</b>	<b>1.500.959</b>	<b>845.418</b>	<b>262.179</b>
Participações em coligadas e controladas		98.464	129.256	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		751.912	642.179
No país		98.464	129.256	Sociais e estatutárias	21	249.422	231.957
Outros investimentos		84.061	11.322	Diversas		499.625	351.282
(Provisões para perdas)		(5.980)	(5.980)	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>26</b>	<b>5.002.356</b>	<b>4.717.246</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>16</b>	<b>276.698</b>	<b>287.811</b>	Capital social - de domiciliados no exterior		2.599.740	2.599.740
Imóveis de uso		26.894	26.208	Reservas de lucros		2.249.218	2.578.577
Outras imobilizações de uso		442.247	418.664	Outros resultados abrangentes		153.398	(461.071)
(Depreciações acumuladas)		(192.443)	(157.061)	<b>Total do Passivo</b>		<b>174.689.780</b>	<b>162.489.411</b>
<b>Intangível</b>	<b>17</b>	<b>214.587</b>	<b>192.670</b>				
Ativos intangíveis		468.926	415.521				
(Amortização acumulada)		(254.339)	(222.851)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>174.689.780</b>	<b>162.489.411</b>				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>2.599.740</b>	<b>519.948</b>	<b>1.105.490</b>	<b>554.639</b>	<b>(562.829)</b>	<b>-</b>	<b>4.216.988</b>	
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	120.274	8.833	129.107	
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	(18.516)	-	(18.516)	
<b>Lucro Líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.818.667</b>	<b>1.818.667</b>	
<b>Destinações:</b>									
Reservas	26.b.c e d	-	-	358.651	39.849	-	(398.500)	-	
Dividendos	26.e	-	-	-	-	-	(1.100.000)	(1.100.000)	
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	-	-	-	(323.000)	(323.000)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>2.599.740</b>	<b>519.948</b>	<b>1.464.141</b>	<b>594.488</b>	<b>(461.071)</b>	<b>-</b>	<b>4.717.246</b>	
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	637.572	-	637.572	
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	(23.103)	-	(23.103)	
<b>Lucro Líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.723.641</b>	<b>1.723.641</b>	
<b>Destinações:</b>									
Reservas	26.b.c e d	-	-	59.077	6.564	-	(65.641)	-	
Dividendos	26.e	-	-	(395.000)	-	-	(1.300.000)	(1.695.000)	
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	-	-	-	(358.000)	(358.000)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>2.599.740</b>	<b>519.948</b>	<b>1.128.218</b>	<b>601.052</b>	<b>153.398</b>	<b>-</b>	<b>5.002.356</b>	
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<b>2.599.740</b>	<b>519.948</b>	<b>1.464.141</b>	<b>594.488</b>	<b>(8.767)</b>	<b>674.868</b>	<b>5.844.418</b>	
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	167.997	-	167.997	
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	-	-	-	-	(5.832)	-	(5.832)	
<b>Lucro Líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.048.773</b>	<b>1.048.773</b>	
<b>Destinações:</b>									
Reservas	26.b.c e d	-	-	59.077	6.564	-	(65.641)	-	
Dividendos	26.e	-	-	(395.000)	-	-	(1.300.000)	(1.695.000)	
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	-	-	-	(358.000)	(358.000)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>2.599.740</b>	<b>519.948</b>	<b>1.128.218</b>	<b>601.052</b>	<b>153.398</b>	<b>-</b>	<b>5.002.356</b>	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Citibank S.A. (Banco), sociedade anônima de capital fechado, controlado pela Citigroup Asia Pacific Holding LLC é a principal entidade financeira do Grupo Citi no Brasil, opera na forma de banco múltiplo, estando autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e crédito, financiamento, investimento e de câmbio. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O Banco opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas Demonstrações Financeiras devem ser consideradas nesse contexto.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.406/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

2.1 Representação de Cifras comparativas

a) Passivos fiscais

Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados à marcação à mercado (MTM) de derivativos que foram reconhecidos individualmente em contas tributáveis, com consequência os valores comparativos do Balanço e Notas Explicativas correspondentes foram representadas.

Os efeitos da representação são demonstrados a seguir:

Passivos Fiscais	Balanço publicado em 31/12/2022		Ajuste MTM/Accrual		Balanço reapresentado em 31/12/2022	
	481.561	181.127	662.688	654.227	662.688	654.227
Corrente	481.561	181.127	662.688	654.227	662.688	654.227
Diferido	745.354	(181.127)	564.227	-	564.227	-
<b>Total</b>	<b>1.226.915</b>	<b>-</b>	<b>1.226.915</b>	<b>-</b>	<b>1.226.915</b>	<b>-</b>

b) Provisão para imposto de renda e contribuição social

Provisão para imposto de renda e contribuição social	Balanço publicado em 31/12/2022		Ajuste MTM/Accrual		Balanço reapresentado em 31/12/2022	
	(322.104)	(98.439)	(420.543)	(351.130)	(420.543)	(351.130)
Provisão para imposto de renda	(322.104)	(98.439)	(420.543)	(351.130)	(420.543)	(351.130)
Provisão para contribuição social	(268.442)	(82.688)	(351.130)	(218.712)	(351.130)	(218.712)
Ativo fiscal diferido	(399.839)	181.127	(218.712)	-	(218.712)	-
<b>Total</b>	<b>(990.385)</b>	<b>-</b>	<b>(990.385)</b>	<b>-</b>	<b>(990.385)</b>	<b>-</b>

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração do Banco em 22 de março de 2024.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente do recebimento ou pagamento. Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.924 em 1º de janeiro de 2022, são observadas as disposições do Pronunciamento Técnico -CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Desde a adoção não houve evento cujo tratamento contábil não esteja alinhado ao disposto na legislação tributária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

A partir de janeiro de 2023 o tratamento contábil das aplicações interfinanceiras de liquidez foi revisado de forma a contemplar os critérios de classificação de instrumentos financeiros na carteira de negociação ou carteira bancária previstos na Resolução BCB nº 111 com as alterações previstas na Resolução BCB nº 306.

As operações vigentes classificadas na carteira bancária são demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado; quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações classificadas na carteira de negociação, com base no artigo 5º da Resolução BCB nº 111 com as alterações previstas na Resolução BCB nº 306, são marcadas a valor de mercado quando a instituição detém compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;

</



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

→ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

**l) Permanente**  
**i. Investimentos**  
 As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento. Os outros investimentos são compostos, basicamente, por: Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, calculado aplicável.

**ii. Imobilizado e uso e imobilizado de arrendamento**  
 Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando às taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. O imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento incluiu o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação.

**iii. Intangível**  
 O ativo intangível é composto por: Aquisição e desenvolvimento de softwares registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se à taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

**m) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)**  
 O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 24 de junho de 2021 a Resolução nº 4.924, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2022, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

**n) Obrigações por empréstimos e repasses**  
 As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. **o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
 Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

**ii. Ativos e passivos contingentes**  
 Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas. **Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme item e CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e/ou segundo critérios da Administração que podem levar em consideração natureza, complexidade ou histórico das ações.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois o Banco espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo: As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido. As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto. As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudentia em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações. Para a área de *Corporate Bank*, o valor limite das ações trabalhistas massificadas foi estendido de R\$ 500 para R\$ 800, considerando o efeito da inflação dos últimos 8 meses. As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, a depender da avaliação dos consultores legais e/ou da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente. As ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões". **p) Imposto de renda e contribuição social**  
 O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de março de 2020, de acordo com o artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 20%. Posteriormente, por meio da promulgação da Lei nº 14.446/2022, a alíquota da CSLL foi majorada para 21% para bancos comerciais e de qualquer espécie e permaneceu em vigor de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para alíquota anterior em janeiro de 2023. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto diferido é o imposto diferido não reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve efetuar o registro contábil de ativos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, quando atender cumulativamente as seguintes condições: i. Expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 24 meses; e ii. Apresente histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

**q) Plano de incentivos com base em ações**  
 O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas: • *CAP (Capital Accumulation Program)*, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiladas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Banco eletua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos. O *CAP* é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. **r) Benefícios pós-emprego**  
 O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo de serviço passado. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado. Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavaliados, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

**i. Benefícios de curto prazo**  
 Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

**s) Uso de estimativas**  
 A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas. **t) Resultados recorrentes e não recorrentes**  
 A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34<sup>o</sup>, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 34.d.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	3.692	1.581
Disponibilidades em moedas estrangeiras	4.035.734	5.425.977
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	16.505.013	8.833.890
Aplicações voluntárias no Banco Central <sup>(1)</sup>	840.000	9.180.000
<b>Total</b>	<b>21.384.439</b>	<b>23.441.448</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações voluntárias no Banco Central no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas na rubrica "Depósitos no Banco Central" em vez de "Disponibilidades".

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>28.931.406</b>	<b>2.501.623</b>	-	<b>31.433.029</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>19.720.439</b>	<b>2.501.623</b>	-	<b>22.222.062</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.512.810	1.200.775	-	8.713.585
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.744.002	1.300.848	-	7.044.850
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.463.627	-	-	6.463.627
<b>Posição financiada</b>	<b>5.539.465</b>	-	-	<b>5.539.465</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	967.024	-	-	967.024
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.572.441	-	-	6.572.441
<b>Posição vendida</b>	<b>1.671.502</b>	-	-	<b>1.671.502</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	653.511	-	-	653.511
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.017.991	-	-	1.017.991
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>13.228</b>	<b>2.963.385</b>	<b>81.479</b>	<b>3.058.092</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	13.228	2.963.385	81.479	3.058.092
<b>Aplicações voluntárias</b>	<b>840.000</b>	-	-	<b>840.000</b>
Aplicações voluntárias no Banco Central	840.000	-	-	840.000
<b>Total</b>	<b>29.784.634</b>	<b>5.465.008</b>	<b>81.479</b>	<b>35.331.121</b>

**6 Títulos e valores mobiliários**

**a) Títulos para negociação**  
 Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2023		2022	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>11.112.912</b>	<b>11.188.482</b>	<b>11.121.713</b>	<b>11.188.576</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>3.077.030</b>	<b>3.085.583</b>	<b>2.135.027</b>	<b>2.136.545</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.700	49.692	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.257.117	3.304.526	3.916.001	3.909.589
Notas do Tesouro Nacional - NTN	935.114	935.114	-	-
Ações de companhias abertas	2.057.404	2.057.404	4.422.989	4.422.989
Ações recebidas por empréstimos	1.297.959	1.299.234	446.255	448.217
Títulos soberanos no exterior	369.359	387.700	201.441	201.236
Debêntures	69.229	69.229	-	-
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.741.985</b>	<b>3.756.499</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	3.741.985	3.756.499
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>422.709</b>	<b>448.721</b>	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	422.709	448.721	-	-
<b>Total</b>	<b>11.535.621</b>	<b>11.637.203</b>	<b>14.863.698</b>	<b>14.875.075</b>

**b) Títulos disponíveis para venda**  
 O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para venda estavam assim apresentados:

	2023		2022	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>11.112.912</b>	<b>11.188.482</b>	<b>11.121.713</b>	<b>11.188.576</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>11.112.912</b>	<b>11.188.482</b>	<b>11.121.713</b>	<b>11.188.576</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	179.360	1.620.526	983.691	302.006
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	35.260	-	-	14.432
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	4.157	233.392	1.006.573
Ações de companhias abertas	935.114	-	-	-
Ações recebidas	-	-	-	-
por empréstimos	2.057.404	-	-	-
Títulos soberanos no exterior	-	1.299.234	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	387.700
de investimentos	69.229	-	-	-
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>448.721</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	448.721	-
<b>Total</b>	<b>2.992.518</b>	<b>1.583.083</b>	<b>1.665.804</b>	<b>1.308.579</b>

**a) Títulos disponíveis para venda**  
 O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para venda estavam assim apresentados:

	2023		2022			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Abertura por Vencimento</b>	<b>4.422.989</b>	<b>2.582.015</b>	<b>54</b>	<b>856.623</b>	<b>1.305.177</b>	<b>1.951.718</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>1.324.988</b>	<b>2</b>	<b>470.984</b>	<b>340.571</b>	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	52	385.639	964.606	1.750.482
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-
Ações recebidas	-	-	-	-	-	-
por empréstimos	4.422.989	-	-	-	-	-
Títulos soberanos no exterior	-	448.217	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	201.236
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>890.979</b>	<b>1.279.565</b>	<b>1.595.955</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	890.979	1.279.565	1.595.955	-
<b>Total</b>	<b>4.422.989</b>	<b>2.582.015</b>	<b>891.033</b>	<b>2.136.188</b>	<b>2.901.132</b>	<b>1.951.718</b>

**b) Títulos disponíveis para venda**  
 O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para venda estavam assim apresentados:

	2023		2022	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>13.945.518</b>	<b>14.009.471</b>	<b>10.366.756</b>	<b>10.406.871</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>13.945.518</b>	<b>14.009.471</b>	<b>10.366.756</b>	<b>10.406.871</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.852.234	2.890.545	1.283.675	1.280.352
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	1.790.597	1.790.298
Debêntures	4.657.899	4.580.367	4.646.130	4.643.911
<i>Commercial paper</i>	624.070	637.244	-	-
Cotas de fundos de investimentos <sup>(1)</sup>	5.901.315	5.901.315	2.692.310	2.692.310
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>10.475.104</b>	<b>10.635.259</b>	<b>8.117.093</b>	<b>8.047.535</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.025.763	7.205.598	6.397.701	6.285.589
Debêntures	3.449.341	3.429.671	1.729.392	1.761.946
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>13.209.146</b>	<b>13.618.276</b>	<b>17.266.801</b>	<b>16.814.198</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.162.403	13.571.533	17.225.517	16.772.914
Cotas de fundos de investimento <sup>(2)</sup>	46.743	46.743	41.284	41.284
<b>Total</b>	<b>37.629.768</b>	<b>38.263.006</b>	<b>35.750.560</b>	<b>35.268.604</b>

<sup>(1)</sup> Total - sem de investimentos em cotas sênior de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e as cotas de fundos de investimentos do Fundo de Investimento Referenciado DI Londres cuja carteira é composta por operações compromissadas e que eram mantidas na Distribuidora em 2022, passaram a ser mantidas no Banco Citibank S.A. a partir de novembro de 2023. <sup>(2)</sup> Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

**Títulos Disponíveis para Venda**

	2023				
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Abertura por Vencimento</b>	<b>3.690.931</b>	<b>1.681.366</b>	<b>4.107.170</b>	<b>1.840.897</b>	<b>2.689.107</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>3.690.931</b>	<b>1.681.366</b>	<b>4.107.170</b>	<b>1.840.897</b>	<b>2.689.107</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.681.366	815.449	393.730	-
Debêntures	-	-	1.277.810	1.343.832	1.958.725
<i>Commercial paper</i>	-	-	533.909	103.335	-
Cotas de fundos de investimentos	3.690.931	-	1.480.002	-	730.382
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>-</b>	<b>503.766</b>	<b>8.050.240</b>	<b>1.718.305</b>	<b>362.</b>



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

★ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
<b>Negociação</b>				
<b>Derivativos de taxa de juros</b>				
Contratos a termo				
Compra	3	-	-	3
Venda	(1.415)	-	-	(1.415)
Opções				
Compra	-	887.329	887.329	(26.422)
Venda	(1.858)	407.492	405.634	(4.124)
Contratos de NDF	-	(1.072.942)	(1.072.942)	(684.241)
Contratos de swaps	1.267	(122.633)	95.328	(26.038)
<b>Derivativos cambiais</b>				
Opções				
Compra	(75.482)	16.310	(40.113)	(99.285)
Venda	(114.479)	(19.744)	(25.968)	(160.191)
Contratos de NDF	127.918	71.177	(336.624)	(137.529)
Contratos de swaps	(144.807)	(126.084)	1.308.274	1.037.383
<b>Derivativos de ação e índices de ações</b>				
Opções				
Compra	(218)	(1.410)	1.417.140	1.415.512
Venda	-	-	(1.142.731)	(1.142.599)
<b>Total</b>	<b>(209.071)</b>	<b>(182.384)</b>	<b>1.497.185</b>	<b>1.105.730</b>

**c) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos.**

	2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
<b>Negociação</b>				
<b>Derivativos de taxa de juros</b>				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	28.788.946	9.840.304	18.742.639	57.371.889
Compromisso de venda	7.994.360	2.829.847	6.483.158	17.307.365
Contratos a termo				
Compra	214.784	-	-	214.784
Venda	1.602.262	-	-	1.602.262
Opções				
Compra	293.362	627.808	7.567.942	8.489.112
Venda	272.172	328.925	5.833.067	6.434.164
Contratos de NDF	-	326.983	4.196.075	4.523.058
Contratos de swaps	6.441.207	3.148.889	3.519.552	13.109.648
<b>Derivativos de commodities</b>				
Opções				
Compra	1.581.354	1.909.877	4.344.389	7.835.620
Venda	760.508	1.388.394	4.046.639	6.195.541
Contratos de NDF	6.409.763	7.921.360	3.540.809	17.871.932
Contratos de swaps	3.462.550	4.685.298	117.903	8.265.751
<b>Derivativos cambiais</b>				
Opções				
Compra	3.020.574	3.248.973	1.131.329	7.400.876
Venda	43.690.605	2.750.554	996.823	47.437.982
Contratos de NDF	24.041.910	14.234.615	5.578.642	43.855.167
Contratos de swaps	22.515.266	13.242.577	91.919.781	127.677.624
<b>Derivativos de ação e índices de ações</b>				
Opções				
Compra	108.220	607.976	89.837	806.033
Venda	-	412.000	89.837	501.837
<b>Total</b>	<b>151.197.843</b>	<b>67.504.380</b>	<b>158.198.422</b>	<b>376.900.645</b>

**2022**

	2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
<b>Negociação</b>				
<b>Derivativos de taxa de juros</b>				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	26.649.690	18.091.880	24.265.120	69.006.690
Compromisso de venda	5.107.011	4.735.313	5.478.609	15.320.933
Contratos a termo				
Compra	3.216	-	-	3.216
Venda	667.051	-	-	667.051
Opções				
Compra	40.784	-	165.666	206.450
Venda	90.784	5.738	27.219	123.741
Contratos de NDF	-	-	5.643.245	5.643.245
Contratos de swaps	2.864.252	2.438.833	4.670.780	9.973.845
<b>Derivativos de commodities</b>				
Opções				
Compra	783.403	2.742.821	222.235	3.748.459
Venda	310.105	352.860	121.897	784.862
Contratos de NDF	5.980.981	4.242.805	939.275	11.163.061
Contratos de swaps	4.267.232	1.338.747	33.332	5.639.311
<b>Derivativos cambiais</b>				
Opções				
Compra	2.664.897	1.773.834	1.437.470	5.876.201
Venda	486.355	31.936.185	1.121.206	33.543.746
Contratos de NDF	21.628.300	22.091.736	5.168.069	48.885.104
Contratos de swaps	58.435.430	18.346.293	55.695.574	132.477.297
<b>Derivativos de ação e índices de ações</b>				
Opções				
Compra	829	121.436	10.409.789	10.532.054
Venda	-	45.568	8.154.923	8.200.491
<b>Total</b>	<b>129.980.320</b>	<b>108.264.049</b>	<b>123.551.388</b>	<b>361.795.757</b>

**b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico**

Nível de Risco	2023				
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas (1)	Rural
AA	1.241.896	12.383.798	214.913	14.683	-
A	3.920.783	7.369.556	39.740	4.115	63.323
B	905.311	3.456.148	692	-	-
C	46.336	362.519	11	-	120
D	70.590	205.937	26.022	-	899
E	866	80.112	-	-	1.176
F	3.781	1.560	-	-	1.596
G	120	3.490	-	-	36
H	9.566	3.115	-	-	6.032
<b>Total</b>	<b>6.199.249</b>	<b>23.866.235</b>	<b>281.378</b>	<b>18.798</b>	<b>64.342</b>

Nível de Risco	2022				
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas (1)	Rural
AA	2.746.890	8.258.470	1.428	19.555	21.037
A	3.250.774	8.172.635	1.039.744	70.567	94.410
B	325.673	706.834	104.881	-	-
C	23.156	19.269	9	-	1.528
D	19.155	93.134	39.575	-	62.691
E	2.689	1.890	-	-	-
F	3.027	515	-	-	356
G	-	1.970	-	-	1.970
H	1.142	23.245	475	-	923
<b>Total</b>	<b>6.372.506</b>	<b>17.277.962</b>	<b>1.186.112</b>	<b>90.122</b>	<b>116.975</b>

(1) Refere-se, principalmente, à carteira de recebíveis cujo risco está associado exclusivamente à empresa cedente.

**c) Composição da carteira de crédito por nível de risco**

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	14.822.017	-	14.822.017	44,50	-	-	-	(8.705)
A	13.170.023	4.377	13.174.400	39,55	0,50%	(65.872)	-	(65.872)
B	4.457.846	1.201	4.459.047	13,39	1,00%	(44.578)	(12)	(44.590)
C	434.569	144	434.713	1,31	3,00%	(13.037)	(4)	(13.041)
D	305.041	1.004	306.045	0,92	10,00%	(30.504)	(100)	(30.604)
E	81.993	161	82.154	0,25	30,00%	(24.598)	(48)	(24.646)
F	6.361	576	6.937	0,02	50,00%	(3.180)	(288)	(3.468)
G	3.493	153	3.646	0,01	70,00%	(2.445)	(107)	(2.552)
H	10.190	8.523	18.713	0,06	100,00%	(10.190)	(8.523)	(18.713)
<b>Total</b>	<b>33.291.533</b>	<b>16.139</b>	<b>33.307.672</b>	<b>100,00</b>		<b>(194.404)</b>	<b>(9.082)</b>	<b>(203.486)</b>

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	12.828.851	-	12.828.851	44,71	-	-	-	(7.468)
A	14.198.677	-	14.198.677	49,48	0,50%	(70.993)	-	(70.993)
B	1.353.441	559	1.354.000	4,72	1,00%	(13.534)	(6)	(13.540)
C	63.479	125	63.604	0,22	3,00%	(1.904)	(4)	(1.908)
D	214.173	382	214.555	0,75	10,00%	(21.418)	(38)	(21.456)
E	4.172	407	4.579	0,02	30,00%	(1.252)	(122)	(1.374)
F	3.777	122	3.899	0,01	50,00%	(1.889)	(61)	(1.950)
G	1.650	320	1.970	0,01	70,00%	(1.155)	(224)	(1.379)
H	25.153	631	25.784	0,09	100,00%	(25.154)	(631)	(25.785)
<b>Total</b>	<b>28.693.373</b>	<b>2.546</b>	<b>28.695.919</b>	<b>100,00</b>		<b>(137.299)</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(138.385)</b>

**d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento**

	Exercícios	
	2023	2022
Vencidas há mais de 14 dias	16.139	2.545
A vencer até 90 dias	16.043.656	14.065.366
De 91 a 360 dias	9.494.181	9.824.751
Acima de 360 dias	7.753.696	5.903.257
<b>Total</b>	<b>33.307.672</b>	<b>28.695.919</b>

**e) Composição da carteira de crédito por concentração**

	2023		2022	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	9.473.945	28,44	7.180.127	25,02
20 seguintes maiores devedores	8.731.926	26,22	6.357.411	22,15
50 seguintes maiores devedores	7.832.205	23,51	7.020.240	24,46
100 seguintes maiores devedores	4.996.901	15,00	4.593.758	16,01
Demais clientes	2.272.795	6,82	3.544.383	12,35
<b>Total</b>	<b>33.307.672</b>	<b>100,00</b>	<b>28.695.919</b>	<b>100,00</b>

**f) Movimentações à conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

	Exercícios	
	2023	2022
<b>Crédito com características de concessão de crédito</b>		
Saldo inicial	(157.907)	(179.591)
Constituições líquidas de reversões	(92.709)	21.612
Créditos baixados como prejuízo	12.327	72
<b>Saldo final</b>	<b>(238.289)</b>	<b>(157.907)</b>
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Banco registrou constituições líquidas de reversão com provisão para perdas associadas à garantias prestadas de R\$ (63.215) (2022 - R\$ (19.970)), conforme nota 34a.		
O Banco efetuou renegociações de créditos que não apresentavam atrasos no montante de R\$ 1.417.942 (2022 - R\$ 2.029.752), renegociações de demais créditos no montante de R\$ 2.765 (2022 - R\$ 62.290) e recuperações de créditos baixados para prejuízo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 9.832 (2022 - R\$ 26.187).		

**d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte**

	2023			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo de mercado
<b>Contratos futuros</b>	<b>74.679.254</b>	-	-	-
Pessoas jurídicas	74.679.254	-	-	-
<b>Contratos a termo</b>	<b>1.817.046</b>	-	<b>1.801.662</b>	<b>(1.801.083)</b>
Pessoas jurídicas	1.817.046	-	1.801.662	(1.801.083)
<b>Opções</b>	<b>85.101.165</b>	<b>1.433.450</b>	<b>1.270.955</b>	<b>(1.325.976)</b>
Instituições financeiras - ligadas	501.836	42.715	45.483	-
Instituições financeiras - não ligadas	544.684	2.409	1.689	(76.696)
Outras entidades ligadas - exterior	7.015.581	-	193.615	(245.680)
Pessoas jurídicas	77.039.064	1.388.326	967.168	(1.249.280)
<b>Contratos de NDF</b>				



# Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

→ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

### 14 Despesas antecipadas

	2023		2022	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Tecnologia	1.071	3.468	—	—
Seguros	2.553	2.425	—	—
Comissões pagas	20	207	—	—
Outras	9.526	11.156	—	—
<b>Total</b>	<b>13.170</b>	<b>17.256</b>	—	—

### 15 Investimentos

#### a) Investimentos em controladas e coligadas

Representa investimento do Banco na controlada Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)

	2023		2022	
	Distribuidora	Distribuidora	Distribuidora	Distribuidora
Posição da controlada	—	—	—	—
Capital social	81.641	81.641	—	—
Patrimônio líquido	98.464	129.256	—	—
Resultado no período	247.250	296.556	—	—
Resultado no segundo semestre	118.197	170.972	—	—
Posição do investimento	—	—	—	—
Quantidade de ações (milhões)	4.023	4.023	—	—
Participação no capital	100%	100%	—	—
Valor patrimonial do investimento	98.464	129.256	—	—
Resultado de equivalência patrimonial no ano	247.250	296.556	—	—
Resultado de equivalência patrimonial no segundo semestre	118.197	170.972	—	—
Outros ajustes no resultado abrangente	36	2.833	—	—

#### b) Outros investimentos

	2023		2022	
Quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP <sup>(1)</sup>	76.139	1.047	—	—
Participação na empresa Central de Registros de Títulos e Ativos - CERTA	—	2.352	—	—
STI/Gaigo - Sistemas de Informações Padronizadas do Mercado de Capitais	7.833	7.833	—	—
(Provisões para perdas) - STI/Gaigo	(5.960)	(5.960)	—	—
Outros	59	90	—	—
<b>Total</b>	<b>78.081</b>	<b>5.342</b>	—	—

<sup>(1)</sup> Aumento decorrente de reavaliação do investimento após o processo de aquisição da CERTA pela CIP.

### 16 Imobilizado de uso

	2023		2022	
	Custo acumulado residual	Valor residual	Custo acumulado residual	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	212.656	(120.158)	92.498	193.930
Imobilizações em curso	1.544	—	1.544	12.050
Edificações	26.894	(2.433)	24.461	26.208
Instalações	226.017	(68.953)	157.064	211.652
Sistemas de transporte	2.030	(899)	1.131	1.032
<b>Total</b>	<b>469.141</b>	<b>(192.443)</b>	<b>276.698</b>	<b>444.872</b>

### 17 Intangível

	2023		2022	
	Custo acumulado residual	Valor residual	Custo acumulado residual	Valor residual
Desenvolvimento de software	468.926	(254.339)	214.587	415.521
<b>Total</b>	<b>468.926</b>	<b>(254.339)</b>	<b>214.587</b>	<b>415.521</b>

### 18 Depósitos

	Sem vencimento		Até 1 ano		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		2023	
Depósitos à vista	8.086.849	—	—	—	—	—	—	—	8.086.849	—
Depósitos interfinanceiros	—	7.717.857	237.213	189.389	8.144.459	—	—	—	8.144.459	—
Depósitos a prazo	—	47.255.677	10.472.727	551.053	58.279.515	—	—	—	58.279.515	—
<b>Total</b>	<b>8.086.849</b>	<b>54.973.534</b>	<b>10.709.940</b>	<b>740.442</b>	<b>74.450.465</b>	—	—	—	<b>74.450.465</b>	—

### 19 Captações no mercado aberto

#### a) Captações no mercado aberto

	Até 1 ano		2023	
<b>Carteira própria</b>	<b>11.020.225</b>	<b>11.020.225</b>	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.134.293	7.134.293	—	—
Debêntures <sup>(1)</sup>	3.885.932	3.885.932	—	—
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>6.897.432</b>	<b>6.897.432</b>	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.897.432	6.897.432	—	—
<b>Carteira de livre movimentação</b>	<b>2.754.665</b>	<b>2.754.665</b>	—	—
<b>Total</b>	<b>20.672.322</b>	<b>20.672.322</b>	—	—

<sup>(1)</sup> Refere-se principalmente a compra com compromisso de revenda.

#### b) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com captações no mercado aberto registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2023	2023	2022	2022
<b>Contratos</b>	—	—	—	—
Depósitos a prazo	(3.049.603)	(5.755.995)	(3.881.699)	—
Captações no mercado aberto	(478.569)	(1.662.544)	(1.728.033)	—
Depósitos interfinanceiros	(479.473)	(959.847)	(593.652)	—
Bonds	—	—	(69.906)	—
Letras financeiras	(344.782)	(674.307)	(544.334)	—
LCA	(14)	(14)	—	—
FGC	(41.332)	(77.660)	(61.501)	—
Certificados de operações estruturadas	(11.033)	(23.796)	(23.557)	—
<b>Total</b>	<b>(4.800.806)</b>	<b>(9.154.163)</b>	<b>(6.902.682)</b>	—

### 20 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por captações e repasses referem-se a recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial, quando aplicável, e à taxa de juros que variam de 1,22% a 15,80% ao ano (2022 - de 0,42% a 5,28% ao ano).

#### a) Obrigações por empréstimos

	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 1 ano		2023	
No exterior	2.987.858	4.269.072	1.289.960	8.546.890	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>2.987.858</b>	<b>4.269.072</b>	<b>1.289.960</b>	<b>8.546.890</b>	—	—	—	—

#### b) Obrigações por repasses

	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 1 ano		2023	
No exterior	2.493.636	1.684.616	2.620.331	6.798.583	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>2.493.636</b>	<b>1.684.616</b>	<b>2.620.331</b>	<b>6.798.583</b>	—	—	—	—

#### c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2023	2023	2022	2022
<b>Contratos</b>	—	—	—	—
Empréstimo no exterior <sup>(1)</sup>	(483.959)	(784.779)	(230.763)	—
Repasses no país	(159.046)	(179.059)	(236.975)	—
Repasses no exterior <sup>(1)</sup>	(422.968)	(598.563)	142.259	—
<b>Total</b>	<b>(1.065.973)</b>	<b>(1.562.401)</b>	<b>(325.479)</b>	—

<sup>(1)</sup> Refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial apurada na posição dos instrumentos.

### 21 Outros passivos - Sociais e estatutárias

Sociais e estatutárias referem-se, basicamente, a provisão de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 482 (2022 - R\$ 482) e provisões para participação nos lucros no montante de R\$ 248.940 (2022 - R\$ 231.475), realizáveis no curto prazo.

### 22 Passivos fiscais

	2023		2022	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<b>Passivos fiscais correntes</b>	—	—	—	—
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro do período	980.388	—	563.358	—
Provisão para impostos e contribuições a recolher	216.158	—	99.330	—
<b>Total</b>	<b>1.196.546</b>	—	<b>662.688</b>	—

#### Passivos fiscais diferidos

	2023		2022	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Provisão para impostos e contribuições diferidos <sup>(1)</sup>	265.678	113.862	325.714	238.513
<b>Total passivos fiscais</b>	<b>1.462.224</b>	<b>113.862</b>	<b>988.402</b>	<b>238.513</b>

<sup>(1)</sup> Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos. Os passivos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

### 23 Provisões

	2023		2022	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Provisão para contingências (nota 24.a)	118.835	572.789	119.378	591.630
Provisão para pagamentos a efetuar <sup>(1)</sup>	697.110	414.161	452.884	336.133
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 34.a)	32.510	126.632	78.884	17.043
<b>Total</b>	<b>848.455</b>	<b>1.113.582</b>	<b>651.146</b>	<b>944.806</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se, principalmente, à provisão com despesas de pessoal de R\$ 322.892 (2022 - R\$ 246.314), passivo atuarial de plano de assistência médica de R\$ 296.202 (2022 - R\$ 253.138), contas a pagar de cartões corporativos de R\$ 148.625 (2022 - R\$ 130.406) e serviços prestados de ligadas de R\$ 87.417 (2022 - R\$ 128.370).

### 24 Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

#### a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	2023		2022	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	95.011	148.846	91.428	140.863
Provisão para contingências - Trabalhistas	15.808	370.163	27.637	385.598
Provisão para contingências - Cíveis	8.016	53.780	313	65.169
<b>Total</b>	<b>118.835</b>	<b>572.789</b>	<b>119.378</b>	<b>591.630</b>

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.423 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, O Banco tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

**Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 95.011 (2022 - R\$ 91.428):** Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009. Em dezembro de 2018 o Banco protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente. Aguarda-se a apuração dos valores a serem convertidos em renda e dos valores que serão levantados pela Entidade.

**Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 137.171 (2022 - R\$ 133.765):** Trata-se de ação ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão judicial de segunda instância.

**Civil - Planos econômicos - R\$ 23.280 (2022 - R\$ 28.207):** Trata-se de 3 ações de cobrança, em que os autores requerem expurgos inflacionários em razão do Plano Econômico Verão. Decisão desfavorável definitiva. Aguardando execução da sentença.

**Cível - Ação de cobrança - R\$ 19.414 (2022 - R\$ 21.176):** trata-se de ação de cobrança cujo objeto é um contrato de compra e venda. O autor alega que houve violação do contrato pelo comprador. Como o Crefesul (Citi) era garantidor do contrato, o autor requer o pagamento do valor inadimplido. Aguardando decisão de terceira instância.

**Trabalhista:** as ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 900 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significativas. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre manobra acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Para a área de Corporate Bank, o valor limite das ações trabalhistas massificadas foi estendido de R\$ 500 para R\$ 800, considerando o efeito da inflação dos últimos 8 anos.

**Contingências classificadas como risco de perda possível**

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão reconhecidas provisões para contingências no montante de R\$ 2.377.597 (2022 - R\$ 2.104.653), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 116 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 26.591.003 (2022 - R\$ 23.149.815), dos quais 64 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 40 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas como risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

**PIS/COFINS Despesa de Captação - R\$ 115.058 (2022 - R\$ 106.008):** trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se julgamento de segunda instância.

**Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros, Contribuição Previdenciária e FGTS sobre Terço Constitucional de Férias, Imposto de Renda sobre a dedução de gratificação paga a diretores estatutários - R\$ 1.111.046 (2022 - R\$ 1.075.710):** autos de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva, e sobre outros prêmios e benefícios pagos aos empregados, como vale-alimentação, vale-transporte e terço de férias. Aguardam-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de julgamentos de ações judiciais no Poder Judiciário. Especificamente para o terço de férias, aguarda-se definição do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

**Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 462.195 (2022 - R\$ 298.957):** valor total estimado de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguardam-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de julgamento de ações judiciais no Poder Judiciário.

**ISS Atividade Bancária - R\$ 17.039 (2022 - R\$ 44.975):** trata-se de processos fiscais onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguardam-se decisões administrativas e judiciais sobre o tema. A redução dos valores envolvidos para o tema decorre da decisão do Banco Citibank S.A. de liquidar e encerrar algumas discussões se aproveitando dos benefícios financeiros concedidos pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Aguardam-se decisões administrativas e judiciais sobre o tema.

**CPMF em Operações de Clientes - R\$ 430.830 (2022 - R\$ 348.678):** auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando decisão judicial de terceira instância.

**Ação Civil Pública (SP) - R\$ 26.571.170 (2022 - R\$ 23.129.532):** trata-se de ação coletiva por meio da qual a requerente alega a ocorrência de supostos atos de manipulação por diversas instituições bancárias no mercado de câmbio, o que teria causado prejuízos aos seus associados, requerendo, assim, indenização monetária solidária perante diversas casas bancárias - R\$ 3.300.000 em relação ao Citibank S.A.. Sentença de improcedência total dos pedidos. Aguarda-se julgamento de recurso.

**b) Movimentação das contingências**

	Saldo em 31 de dezembro de 2022		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização



# Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

→ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

**Primeira Linha de Defesa:** As áreas de negócio são responsáveis por gerenciar os riscos associados a suas atividades, incluindo o risco operacional.

**Segunda Linha de Defesa:** Seu objetivo é supervisionar as atividades de risco das unidades da primeira linha de defesa e desafiar a efetividade dos controles assim como por assegurar de forma consistente a gestão do Risco Operacional nos diversos negócios e funções da franquia.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a conformidade e a efetividade dos controles das áreas de negócio e reporta os resultados de suas avaliações de forma contínua à gerência.

**Funções de Controle e Suporte:** Finanças, Recursos Humanos e Jurídico entre outras são áreas responsáveis por projetar, implementar e manter um ambiente de controle robusto aumentando a eficácia dos controles. Essas funções podem operar dentro e/ou entre empresas gerenciadas e podem ser responsáveis por aconselhar, contribuir para executar e/ou supervisionar os controles chave para suportar a gestão eficiente e efetiva do Risco Operacional.

**35.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)** A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado, alinhado aos requisitos regulatórios do *Fundamental Review of the Trading Book (FRTB)* e *Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)*, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "Negociação" e "Bancária"; v) apuração e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

### Análise de Sensibilidade/Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade sendo considerados os principais fatores de risco do Banco, segregados em carteira de *Negociação* (que engloba produtos como derivativos e títulos públicos) e carteira *Bancária* (com produtos como operações compromissadas com finalidade de gerenciamento de liquidez, depósitos e títulos públicos).

Fatores de Risco	Descrição	2023		
		I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	33	6.880	(6.880)
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de taxa de juros	(40)	(5.969)	5.969
Cupom de dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	4	480	(480)
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros de outras moedas	(54)	(3.686)	3.686
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(4.034)	(40.747)	40.747
Outros	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de taxa de juros	3.657	17.918	(15.037)
<b>Total</b>		<b>(434)</b>	<b>(25.124)</b>	<b>28.005</b>

Fatores de Risco	Descrição	2022		
		I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	200	36.017	(36.017)
Cupom de IPCA	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxa de juros	(2)	(254)	254
Cupom de dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(312)	(39.051)	39.051
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros de outras moedas	127	6.072	(6.072)
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(607)	(7.289)	7.289
Outros	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de taxa de juros	11.912	65.244	(48.996)
<b>Total</b>		<b>11.318</b>	<b>60.739</b>	<b>(44.491)</b>

Fatores de Risco	Descrição	2023		
		I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(948)	(293.914)	293.914
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de taxa de juros de outras moedas	420	46.229	(46.229)
<b>Total</b>		<b>(528)</b>	<b>(247.685)</b>	<b>247.685</b>

Fatores de Risco	Descrição	2022		
		I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada	(1.406)	(421.890)	421.890
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	179	17.398	(17.398)
<b>Total</b>		<b>(1.227)</b>	<b>(404.492)</b>	<b>404.492</b>

**Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020:**  
**Cenário I:** Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.

**Cenários II e III:** Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco de acordo com o *Risk Appetite Policy*, e descrito no Caderno de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é o percentil 99,97% da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. Nesse caso, considerou-se também o percentil 0,03%, uma vez que as posições podem estar compradas ou vendidas em períodos diferentes. Assim, adotou-se, como critério, a média das causas. O período de retenção é de 5 dias para Carteira de *Negociação* e 20 dias para a Carteira *Bancária*.

### Choques Cenário II: Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking		
			Fatores de Risco	Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	210	Taxa de juros nominais	bps	310
Cupom IPCA	bps	150	Cupom Dólar	bps	210
Cupom Dólar	bps	120	Taxa de juros de outras moedas	bps	110
Moeda Estrangeira	%	10			

### Choques Cenário III: Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Unidade	Choque	Carteira de Banking		
			Fatores de Risco	Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	(210)	Taxa de juros nominais	bps	(310)
Cupom IPCA	bps	(150)	Cupom Dólar	bps	(210)
Cupom Dólar	bps	(120)	Taxa de juros de outras moedas	bps	(110)
Moeda Estrangeira	%	(10)			

### 35.4. Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/2017 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

### 35.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira. As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Citigroup, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco. A Liquidez do Banco Citibank Brasil é gerenciada de forma agregada através do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelas entidades legais que satisfazem os critérios de fungibilidade e responsabilidade definidos na Política de Liquidez. A estratégia de financiamento e gerenciamento de risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é documentada seguindo um calendário que visa garantir a revisão e atualização de métricas, relatórios, limites e gatilhos, projeções de entradas e saídas de caixa, plano de contingência e gestão do risco de liquidez intradiário. Essa revisão segue um regime que contempla aprovações dos gestores de risco local e regional além do comitê *ALCO (Asset and Liability Committee)*.

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil utiliza medidas de estresse como suas principais métricas para identificar, monitorar e gerenciar o risco de liquidez. As métricas utilizadas permitem ao banco monitorar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, garantindo a manutenção do estoque adequado de ativos líquidos de alta qualidade mesmo em condições extremas de mercado. Adicionalmente, o banco conta com alguns outros índices de

liquidez que permitem identificar o perfil de captação de recursos da instituição e garantir a diversificação dessas fontes.

### 35.6. Gerenciamento de risco socioambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções CMN nº 4.945/21, nº 4.557/17 e o Normativo SARB 14 (Sistema de Autoregulação Bancária), estabeleceu política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental e Climático, acompanhando das iniciativas e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança que refletem as operações locais.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citi consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esg/> (não auditado).

### 35.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de métricas e indicadores que monitoram os riscos relevantes.

### 35.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

Este documento divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 em atendimento a Resolução nº 3.198/04, que foi revogada pela Resolução nº 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 15 vezes no período de 1º de janeiro de 2023 à 31 de dezembro de 2023, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos concluídos.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Controles Internos (IBRC), em conformidade com a Resolução nº 2.554 relativo ao ano calendário de 2023 (substituída pela Resolução nº 4.968), do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os trabalhos gerenciados pelo CRO do Citi Brasil para garantir o cumprimento da Resolução CMN nº 4.557/17 com o objetivo de avaliar e garantir o gerenciamento integrado de riscos.

d. Em atendimento à Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de 2023, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 22 de março de 2024, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre e findos em 31 de dezembro de 2023, (ii) dos assuntos de destaque do semestre, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2024

**Contadora: Camila Rangel Abreu - CRC: MG-086906/O**

## A Diretoria

## Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 em atendimento a Resolução 3.198/04, que foi revogada pela Resolução 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 15 vezes no período de 1º de janeiro de 2023 à 31 de dezembro de 2023, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos concluídos.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Controles Internos (IBRC), em conformidade com a Resolução nº 2.554 relativo ao ano calendário de 2023 (substituída pela Resolução 4.968), do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os trabalhos gerenciados pelo CRO do Citi Brasil para garantir o cumprimento da Resolução CMN 4.557/17 com o objetivo de avaliar e garantir o gerenciamento integrado de riscos.

d. Em atendimento a Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de

2023, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 22 de março de 2024, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre e findos em 31 de dezembro de 2023, (ii) dos assuntos de destaque do semestre, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2024

**Comitê de Auditoria**  
**Camila Rangel Abreu - Contadora - CRC: MG-086906/O**

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do

**Banco Citibank S.A.**

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3g, 3i e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas	
nº 3g, 3i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o seu julgamento, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementa, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação das políticas e modelos de risco, aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em função da complexidade dos métodos e das premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastrada, disponibilizada pelo Banco, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e (ii) o recálculo da provisão adicional, apurada com base em metodologia interna. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3g, 3i e 8 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

### Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

Ver notas explicativas 3d, 3f, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas	
nº 3d, 3f, 6 e 7, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos "para negociação" e "disponíveis para venda" (em conjunto "instrumentos financeiros") registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e que não possuem mercado de mercado disponível, a mensuração dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração e definição dos seus modelos internos e premissas utilizadas para estimar esses valores. Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda permanente do valor recuperável, que também envolve julgamento em sua mensuração. Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvidos, consideramos a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e de revisão dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda". Avaliamos, por amostragem, e com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e recalculamos os correspondentes valores de mercado dessas operações. Avaliamos, por amostragem, os indicativos de evidência de perda permanente do valor recuperável de instrumentos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda". Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3d, 3f, 6 e 7 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Provisões para contingências e passivos contingentes	
Ver notas explicativas 3o e 24 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências trabalhistas dos advogados, os critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda o recálculo da provisão para contingências trabalhistas relevantes considerando o comportamento histórico. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências cíveis relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e a documentação de suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências fiscais, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e avaliamos a documentação de suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão relacionada aos principais assuntos fiscais envolvendo o Banco, e avaliamos a documentação de suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências fiscais, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e avaliamos a documentação de suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão relacionada aos principais assuntos fiscais envolvendo o Banco, e avaliamos a documentação de suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos a probabilidade de perda atrib